

Câmara vota lei eleitoral na próxima semana

O projeto de lei que regulamenta as eleições presidenciais deste ano deverá ser votado pela Câmara dos Deputados na próxima semana. Esta foi a avaliação de algumas lideranças ontem no Congresso, e a principal polêmica do projeto — a divisão do tempo no horário gratuito do rádio e da televisão — foi resolvida na última terça-feira, quando se estabeleceu distribuição por faixas, de acordo com o número de parlamentares de cada partido no Congresso Nacional. Permitiu-se também que as agremiações sem representação tenham 30 segundos para os candidatos divulgarem suas plataformas. Apenas o PTB resiste ao acordo, por achar que ficou prejudicado na divisão por faixas.

O líder do PL na Câmara, Adolfo Oliveira (RJ), considera que o acordo "foi razoável" para todos, afinal as discussões em torno do projeto vinham se arrastando há

pelo menos dois meses em mais de 30 reuniões. O deputado Adolfo Oliveira foi quem sugeriu essa fórmula de divisão do tempo por faixas de representação partidária no Congresso Nacional, aperfeiçoada pelo líder do PMDB, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS). Ontem estava marcada uma reunião apenas para finalizar a redação do projeto, segundo deputado José Lins (PFL-CE), mas as brigas internas do PMDB para a escolha do candidato do partido à Presidência da República adiaram o encontro.

Coligações

Essa divisão interna do PMDB não deverá influir em qualquer alteração no projeto, pois ficará especificado que, para efeito da divisão do tempo por faixa, o número de parlamentares no Congresso Nacional será o do último dia 18. Assim, o PMDB, com 234 deputados federais, poderá ficar com os 20 minutos a que tem direito. O que pode

haver é algum candidato ter seu tempo ampliado em função das coligações, mas não de adesões ao seu partido.

A proposta agradou a todos os partidos de esquerda. O líder do PTB, deputado Gastone Righi (SP), acha, no entanto, que o seu partido, além do PDT, PDS e PSDB, ficará prejudicado pois está na faixa das agremiações que têm entre 21 e 100 parlamentares. Segundo ele, a desproporção é muito grande, porque o maior desses partidos, PSDB, não tem 50 parlamentares. Assim, de acordo com Righi, apenas os partidos maiores, como PMDB e PFL — cada um com 20 e 14 minutos respectivamente —, e os partidos menores se saíram bem. O PT terá o seu tempo aumentado de quatro para 12 minutos, por causa de coligações com PSB e PC do B para eleições presidenciais.

Ivaldo Cavalcante 16.03.84



Righi: PTB saiu prejudicado

Todos terão vez na TV

A proposta acordada pela maioria das lideranças para a divisão do tempo dos candidatos no rádio e na televisão foi distribuída por quatro faixas, além dos 30 segundos diários para as agremiações sem representações no Congresso. Juntando as coligações e as candidaturas lançadas até o momento, no total esse tempo seria de 98 minutos diariamente. A seguir, vamos mostrar em que faixa cada partido fica e a que tempo terá direito no rádio e na televisão.

Faixa A — Quatro minutos diários para os partidos que têm entre um a 20 parlamentares. Nesta faixa estão incluídos PT, PL, PC do B, PSB, PDC, PCB, PMB, PSC, PTR, PSD, PRN e PMN. Por enquanto, há cinco candidatos lançados neste gru-

po — deputados Luiz Inácio Lula da Silva, coligado com o PC do B e o PSB; Guilherme Afif Domingos, pelo PT; Roberto Freire, PCB e Fernando Collor de Mello, pelo PRN.

Faixa B — Dez minutos diários — de 21 até 100 parlamentares. Apenas quatro partidos estão nesse caso (o PDT, PSDB, PTB e PDS), com dois candidatos já lançados: o ex-governador Leonel Brizola, pelo PDT, e o senador Mário Covas, do PSDB.

Faixa C — Quatorze minutos diários para os partidos que tenham de 101 a 200 parlamentares no Congresso. Apenas o PFL se inclui nesta faixa, pois tem cerca de 200 parlamentares.

Faixa D — Vinte minutos diários para partidos com mais de 200 parlamentares.